



## **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA PARA A GESTÃO INTEGRADA DA REGIÃO DO AQUÍFERO KARST NA RMC**

**ASSUNTOS TRATADOS:** Apresentação da Lei Estadual do Uso do Solo Agrícola – Ednei Nascimento/SEAB; Apresentação sucinta da situação dos Planos Diretores e Leis de Zoneamento do Uso do Solo com relação ao proposto pelo Macrozoneamento do Karst, a ser realizada pelos municípios de Bocaiúva do Sul, Itaperuçu e Colombo; Apresentação da Revisão dos Limites da Área de Interesse para Fins de Abastecimento Público do Manancial Subterrâneo Karst – SANEPAR. Assuntos Gerais.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, na sala de reuniões da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, realizou-se a 3ª reunião da Câmara Técnica para a Gestão Integrada da Região do Aquífero Karst na Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de: Lucy Carla Bassetti (PM Bocaiúva do Sul); Kátia Cristina Nakandakare, Marcos Justino Guarda e João Horácio Pereira (SANEPAR); Rui da Silva e Jurandir Boz Filho (Águas do Paraná); Ednei Bueno Nascimento e Antonio Carlos Lorenzon (SEAB); Rogério Felipe e Diclécio Falcade (MINEROPAR); Gil Polidoro e Márcia Lima (COMEC); Gilson Luis da Silva (PM Colombo); Thais Cristina Rubini (PM Itaperuçu). Registra-se a ausência dos representantes das Prefeituras Municipais de Almirante Tamandaré (justificada), Campo Largo, Campo Magro e Rio Branco do Sul (ainda não indicado).

**JURANDIR BOZ FILHO/ÁGUAS DO PARANÁ:** iniciou reunião agradecendo a presença de todos e indagou aos presentes se todos receberam a ata da reunião anterior e se havia algum questionamento. Não havendo manifestação ata da 2ª reunião ordinária foi aprovada. Seguindo a pauta, convidou o representante da EMATER – Ednei Nascimento para apresentar considerações a respeito da Lei Estadual nº 8.014 sobre a preservação do solo agrícola no Estado do Paraná.

**EDNEI B. NASCIMENTO/SEAB** antes de passar a palavra ao Engº Agrônomo Antonio Ricardo Lorenzon (DEAGRO/SEAB), lembrou a estrutura de técnicos à época da execução do PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, que atuavam na extensão rural em áreas mananciais, pela EMATER. Lançou a idéia de constituir uma equipe de técnicos para atuar na região do Karst a ser apresentada junto ao MDA.

**ANTONIO LORENZON (SEAB)** – apresentou diversos aspectos relativos às legislações de preservação do solo agrícola, entre elas a Constituição Federal de 1988, a Constituição do Estado do Paraná de 1989, a Lei Estadual nº 8.014/84 – Lei de Preservação do Solo Agrícola do Estado do PR, o Decreto Estadual nº 6.120/85, o Decreto Estadual nº 4.861/98, as Resoluções da SEAB nº 066/2001 e nº 172/2010 e a Lei nº 10.406/2002, destacando aspectos de atribuições, de monitoramento, de extensão, de fiscalização, entre outros.

**EDNEI B. NASCIMENTO/SEAB** ponderou quanto aos usos do solo no Estado do Paraná, as suas aptidões e o manejo. Atualmente produz-se, por exemplo, três safras



em terras que não tem aptidão agrícola anual, agravando problemas de erosão e de empobrecimento do solo. Também ocorrem situações onde os planos de manejos são independentes, transferindo para as propriedades vizinhas os danos provocados pelo mau uso e manejo. No núcleo regional de Curitiba existem trinta e cinco mil propriedades sendo que cinco mil encontram-se em mananciais. Comentou também sobre a pluriatividade nas propriedades rurais localizadas principalmente nos municípios da RMC, muitas vezes apresentando atividades não compatíveis com o meio rural.

**GIL POLIDORO – COMEC** – lembrou que o meio rural não possui instrumento legal detalhado para o seu controle, como ocorre no meio urbana.

Após uma discussão com a apresentação de diversos exemplos negativos e positivos, os representantes da Câmara Técnica decidiram por retomar o assunto numa próxima reunião, pois há necessidade de discutir e implementar instrumentos de acompanhamento e fiscalização, bem como uma estrutura de extensão rural mínima para o manejo e controle do uso do solo rural na região do Karst.

**GILSON DA SILVA/COLOMBO** – atendendo à pauta da reunião discorreu sobre o Plano Diretor de Colombo, que teve algumas regulamentações efetivadas e outras não. Comentou que a área urbana possui um detalhamento claro do que é ou não permitido. Já no espaço rural o município tem adotado proibições próprias, porque não existem parâmetros. A propriedade rural é familiar e constantemente subdividida para acomodar os filhos. Existem loteamentos irregulares, tendo sido identificados nove pontos.

**ROGÉRIO FELIPE/MINEROPAR:** comentou que nos processos de subdivisão, a análise tem sido feita em conjunto com o IAP/SEMA/COMEC e Prefeitura Municipal, culminando com um parecer conjunto.

**EDNEI B. DO NASCIMENTO/SEAB** – citou como exemplo de ausência de controle e fiscalização a favelização de área rural na Vila Machado em Colombo, que contou com água e luz.

**GILSON DA SILVA/COLOMBO** – informou que atualmente, na área rural de Colombo, é exigido um parecer para a ligação de luz e água. Também registrou que o município carece de pessoal para exercer a fiscalização, principalmente quando o setor imobiliário está aquecido.

**LUCY BASSETTI/BOCAIUVA DO SUL** – explicou a situação do atual processo de elaboração do plano diretor, o qual teve início com a contratação de técnicos pela Agência da Mesorregião do Vale do Ribeira. A Lei do Plano foi aprovado em 2008, com diversas pendências como as leis de zoneamento, de parcelamento, do sistema viário. Em 2009, a prefeitura retomou os trabalhos com a contratação de uma Arquiteta que prestou consultoria para finalizar as leis e mapas. Aconteceu a apresentação das minutas à Câmara de Vereadores para esclarecimentos. Encontra-se pendente a realização de audiência pública.

**GIL POLIDORO/COMEC** – citou que a PARANACIDADE promoveu os Planos Diretores dos Municípios, que por uma questão de preço e de cumprimento de prazos exíguos, alguns planos tiveram qualidade duvidosa, havendo a necessidade de revisão.



**EDNEI B. NASCIMENTO/SEAB**, - questionou quanto a inserção das informações do Plano de Manejo Florestal da RMC, elaborado em 1988 pela FUPEF e as advindas dos Seminários da Bracatinga, quanto ao aproveitamento econômico das florestas no município.

**LUCY BASSETTI/BOCAIÚVA DO SUL** – respondeu que no Plano não foi considerado tais documentos. Discorreu sobre situações adversas que ocorrem atualmente na área rural, as quais acarretam danos ao meio ambiente e à economia, como por exemplo a ocupação da área rural pela população urbana, cujas terras são mais baratas. Ou ainda, a retomada da atividade de reflorestamento vem promovendo o encarecimento da área urbana. Quanto ao zoneamento urbano definido pelo Plano Diretor, informou a adoção das diretrizes do trabalho do Macrozoneamento do Uso e Ocupação do Karst, da COMEC, observando critérios para as zonas de influência direta e indireta.

**THAIS CRISTINA RUBINI/ ITAPERUÇU** – apresentou a proposta de recuperação ambiental de Itaperuçu, que tem karst somente na área urbana. O Plano Diretor é resumido e não apresenta instrumentos reguladores. A ocupação ocorre de forma irregular e inadequada.

**GIL POLIDORO/COMEC** – comentou que, em especial, os municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul tiveram problemas na condução dos seus planos diretores. As constantes trocas dos mandatários municipais fragilizaram tecnicamente a condução dos trabalhos. São os municípios mais nevrálgicos. A COMEC teve vistas aos planos diretores, observando se os mesmos contemplavam as diretrizes do macrozoneamento, emitindo pareceres. A aceitação das observações nem sempre foram acatadas.

**JOÃO HORÁCIO/SANEPAR** – considerando as áreas potenciais do karst indicadas no EIA/RIMA, os compartimentos do macrozoneamento do karst da COMEC e visando o Plano Diretor de Abastecimento Público da RMC para os próximos vinte anos, foram apresentadas aos técnicos da Câmara, as áreas que estão sendo exploradas e aquelas com potencial futuro de exploração. São áreas com compartimentos com mais de 1 km<sup>2</sup>. A utilização da água do karst visa minimizar os custos com transporte da água superficial, com a implantação e com os cuidados ambientais necessários à manutenção da qualidade hídrica e, aliviar o sistema da captação do Iraí. As áreas de interesse por município são: Almirante Tamandaré – sede, Tranqueira, Haras, Morro Azul, Marmeleiro e Botiatuba (São Miguel), A área da Campina atenderia as bordas dos municípios de Almirante Tamandaré, Colombo e Rio Branco do Sul; os municípios de Itaperuçu (sede e Santa Rita) e Bocaiúva do Sul são atendidos em 100% com a água do karst; as bordas de Colombo e Bocaiúva do Sul serão abastecidas por poço na Várzea do Capivari; Colombo tem a sede, Boichininga e a Fervida; Campo Magro a área é Campo Novo; Rio Branco do Sul é a sede e outra área fora do decreto dos mananciais. A vazão de exploração atual é de 581,74 l/s e a vazão potencial de incremento é de 1.634,21 l/s, perfazendo uma vazão total de 2.215,95 l/s. Informou também que a espacialização das áreas de interesse da SANEPAR para fins de extração da água subterrânea foi apresentada aos municípios.

**GIL POLIDORO/COMEC** – questionou quanto a possibilidade da SANEPAR atuar na gestão do espaço da mesma maneira que os países da Europa, que utilizam a água do



karst, ou seja, as áreas de recarga e/ou as áreas afetadas são desapropriadas ou indenizadas para serem protegidas.

**JOÃO HORÁCIO/SANEPAR** – é uma questão delicada. Quando as áreas são públicas, é muito difícil mantê-las integras e desocupadas. Quanto a indenização pela proteção não saberia dizer.

**MARCOS GUARDA/SANEPAR** – informou que discutirá com o município de Bocaiúva do Sul a proteção do entorno do poço localizado em uma área de loteamento consolidado, uma vez que a mesma tende a ser totalmente ocupada.

**JURANDIR BOZ FILHO/INSTITUTO DAS ÁGUAS** – abriu a palavra para a discussão de assuntos gerais.

**GIL POLIDORO/COMEC** – comentou sobre um processo do município de Campo Largo que solicita apoio para a implantação do Conselho Gestor da APA do Rio Verde que engloba os municípios de Campo Largo e Campo Magro. Explicou sobre o histórico da implantação da APA e do seu respectivo zoneamento ecológico-econômico, o qual define o uso e ocupação do solo, mas não pode ser efetivamente aplicado pela ausência do Conselho Gestor da APA. A implantação do Conselho Gestor é de competência do sistema IAP/SEMA. Sugeriu, uma vez que a área insere-se na área do Karst, que esta Câmara encaminhe ao Conselho Gestor dos Mananciais para que o mesmo oficie-o ao sistema IAP/SEMA.

**JURANDIR BOZ FILHO/INSTITUTO DAS ÁGUAS** – colocou em votação o encaminhamento o qual foi aprovado por todos os representantes. Também colocou para aprovação a realização da próxima reunião na primeira semana de março, uma vez as férias, o que foi também aceito pelos presentes.

Não havendo mais considerações, deu-se por encerrada a reunião ficando agendada o compromisso de comunicar a data da reunião no final do mês de fevereiro de 2011. A Secretaria Executiva encaminhará a ata e a lista de presença desta reunião para os presentes.

**GEOL. MARCIA CRISTINA LIMA**  
Secretaria Executiva



## Reunião 3ª Reunião Ordinária Câmara Técnica para a Gestão Integrada do Karst

Data: 22/11/2010 - 10:00h

Local: COMEC

Nome	Órgão	Assinatura	Telefone	e-mail
SPZ POLINORO	COMEC		32516574	spzpol@pr.gov.br
MURANDIR BOZ FILHO	AGUAS PARANA		32134944	Aguasparana@pr.gov.br
JOÃO HORÁCIO PEREIRA	SANEPAR		3213-1750	JHORACIO@SANEPAR.COM.BR
MARCOS J. GUANDA	SANEPAR		3213-1750	MARCOSJGO@SANEPAR.COM.BR
RUI DA SILVA	AGUAS PARANA		3213-4762	RUIDASILVA@AGUASPARANA.PI.GOV.BR
KÁTIA C. WAKANDAKARE	SANEPAR		3330-4339	katiac@SANEPAR.COM.BR
DIELECIO FALCADE	MINEROPAR		3351-6903	dieleciofalcade@mineropar.pr.gov.br
ROGERIO S. FELIPE	MINEROPAR		3352-6903	rogerio@mineropar.pr.gov.br
EDNEI D. NASCIMENTO	SEAB		3313 4157	EDNEIBUENO@SEAB.PR.GOV.BR
Antônio Ricardo Lorenzon	SEAB		3313 4098	Lorenzon@seab.pr.gov.br
LUCH CARLA BASSETTI	PREF. BOCAIUA DOSUL		3658-1223	LUCH.BASSETTI@HOTMAIL.COM
Gilson Augusto de Silva	1º Volante		3656-4849	gdasilva@terra.com.br
Thais Cristina Rybicki	Parl. Nuv. Itaipava		3603-1381	thairybicki@yahoo.com.br
Marcos Geishne Lima	COMEC		30516574	mevica@comec.pr.gov.br